O estadista da terceira margem

Eugênio Pagotti[1]

1. O estadista, do apogeu à sua crise: com Maquiavel, destaca-se o estadista com sua arte (ou seja, enfatiza-se a condução do Estado como uma arte e a figura do estadista como um autêntico "artista"); atualmente, trata-se de uma figura em crise. Se projetarmos os perfis do governante segundo Aquino e do estadista segundo Maquiavel ¾ e suas respectivas conjunturas ¾ para o mundo atual, entenderemos as impossibilidades e as limitações atuais dessas figuras. Porém, a lição de Maquiavel continua válida: um estadista moderno deverá reinventar-se e *criar* sua própria posição, compreendendo seu entorno e modificando suas ações pessoais de modo a adaptar-se a ele; se não o fizer, sustentar-se-á precariamente como um mero burocrata sistêmico (digamos, um *"sýndikos"*).

Poderemos entender o estadista a partir das motivações psicológicas apontadas classicamente por Maslow e a partir das motivações da liderança situacional apontadas por Hersey & Blanchard; porém, mais rico nos parece o caminho para, digamos, um tipo de nova *virtù* maquiaveliana, muito bem metaforizada pelo conto "A

[1] Prof. Adjunto de UFS. Mestre e doutor em filologia e língua portuguesa pela USP. Contato: eugeniopagotti@globo.com

Terceira Margem Do Rio" de Guimarães Rosa. É disso que trataremos adiante.

2. O seguinte elenco de expressões-chave compõe a cosmovisão do governante apresentado em Aquino (1997): felicidade em Deus; homens bons e virtuosos; abnegação cristã [diversa da "abnegação republicana" – ver Ribeiro (2000)]; amizade honesta; unidade, paz e comunhão social; governante pio e virtuoso (sendo uma inspiração para súditos pios e virtuosos); governante que goza do amor de seus súditos; a natureza como modelo para o governo dos homens; o "macrocosmo" operando como matriz e inspiração para o "microcosmo"; o governante funcionando como uma mimese do papel ordenador de Deus. Trata-se de conceitos atinentes à *política antiga* que, conforme lemos em Ribeiro (2003), é entendida a partir da dotação de *virtudes* – no caso, a posse de valores cristãos – e é inseparável da prática política do *buon governo* e da figura do *rex justus*.

3. O seguinte elenco de expressões-chave compõe a cosmovisão do governante apresentado em Skinner (1988), Skinner (2000), Merleau-Ponty (1991) e Maquiavel (2001): personalidade adaptável às circunstâncias dadas pelo entorno; *virtù* do estadista entendida como flexibilidade moral (chegando mesmo, se necessário, a "adquirir o poder de não ser bom"); *virtù* como "disposição de fazer o que for necessário para alcançar a glória cívica e a grandeza, quer ocorram serem as ações que isso envolve de caráter intrinsecamente bom ou mau" (SKINNER, 1988, p. 86); *virtù* como ímpeto patriótico que pereniza a glória cívica e contagia a massa de cidadãos com a mesma qualidade; habilidade e coragem em aplicar a *virtù* pessoal às situações determinadas pela *Fortuna* ("reconhecer a força das circunstâncias, aceitando o que é ditado pela necessidade e harmonizando o próprio comportamento com a exigência dos tempos" [SKINNER 1988, p. 64]); *corrupção* entendida como sinônimo de dissipação e perda da *virtù* pelo corpo de cidadãos; estadista como

simulador e manipulador da opinião pública ("a ação acusa mas o resultado escusa"); estratégias para a criação e manutenção de uma imagem pública sempre positiva em uma sociedade de personalidades egoístas, malévolas e interessadas exclusivamente em seu bem estar pessoal; sociedade acrítica e influenciável pelas aparências.

Em Berlin (2001), expressa-se ainda a pressuposição do seguinte contexto maquiaveliano: a) politicamente, liberdade de ação; inexistência de direitos de corporações e estruturas não políticas ou parapolíticas; poder absoluto centralizado; força das armas à disposição; b) socialmente, instituições sólidas, estabilidade, harmonia interna, segurança, justiça, poder e esplendor; cidadãos moralmente resistentes, vigorosos, ambiciosos e leais; espírito público, senso cívico, dedicação à pátria, acima dos inevitáveis conflitos pessoais e faccionais; c) estado ideal – estado poderoso, magnificente, orgulhoso, austero, glorioso, vigoroso, disciplinado, possuidor de *antiqua virtus*; d) ética ideal – ética da "pólis" grega e da república romana.

Trata-se de conceitos atinentes à política moderna que, conforme lemos em Ribeiro (2003), é entendida a partir da gestão de interesses, frente aos quais as virtudes de inspiração religiosa (moral cristã) perdem espaço para a *virtù* ¾ a inteligência e a capacidade para se fazer aquilo que for necessário para a manutenção da "glória cívica e a grandeza". A política, verdadeira arte, representa o apogeu glorioso da figura do estadista, que assim ombreia com os luminares da república romana.

Acompanhando Ribeiro (2002), vemos, em suma, que contra a "ética de princípios" (ética cristã do "bom governante", governante pio, justo e sábio), expressão com a qual se pode denominar o quadro apresentado em Aquino, opõe-se claramente a "ética de resultados" ou a "ética de responsabilidades", expressões com as quais se pode denominar o quadro contextual maquiaveliano. São, ambos, quadros de difícil compatibilização; a partir deles, percebe-se que tais contextos não atendem à complexidade do mundo

contemporâneo e permitem entender o porquê da crise atual da figura do governante-estadista.

4. Como argumentação inicial nessa direção, interessa ter em conta a distinção, encontrada em Constant (1980), entre a noção de *liberdade* sob o ponto de vista dos antigos e a noção de *liberdade* sob o ponto de vista dos modernos: a noção de liberdade para os antigos implicava dependência vigente na vida privada e independência vigente na vida pública, enquanto a noção de liberdade para os modernos implica independência vigorando na vida privada e dependência vigorando na vida pública. Como fatores de diferenciação, Constant destaca as grandes dimensões dos Estados modernos; a existência de imensas massas anônimas de cidadãos livres; a presença intensa do comércio e da negociação junto aos múltiplos mercados; o peso político mínimo do cidadão moderno, tomado isoladamente; o pouco tempo disponível para o ócio; o senso de individualidade exacerbada na modernidade; a realização pessoal e não coletiva. A liberdade dos antigos: "partilha do poder social entre todos os cidadãos de uma mesma pátria" (p. 15); a liberdade dos modernos afirma que "o objetivo dos modernos é a segurança dos privilégios privados; e eles chamam 'liberdade' às garantias concedidas pelas instituições a esses privilégios" (p. 16).

Entendemos que esse diagnóstico, em suas linhas básicas, continua válido: essa compreensão moderna da liberdade, atualizada com a devida atenção à polissemia do termo "privilégio", ecoa no perfil da "nova política", exposto em Ribeiro (2003). Há um processo histórico de crescente aumento da complexidade conjuntural do Estado contemporâneo e da própria conjuntura internacional; diante desse novo quadro contemporâneo, as conjunturas expostas por Aquino e Maquiavel podem soar, para nós, excessivamente simplificadoras. Porém, não se pretende com isso uma injusta avaliação de méritos; pretende-se apenas destacar que tais modelos de sociedade, outrora plausíveis teoricamente, perdem potência frente

às complexidades do mundo atual e às variáveis inerentes às novas simulações de modelos teóricos de sociedade. Isso se patenteia a partir mesmo do conceito de *estadista*, pressuposto ou posto por esses autores (temos em mente também o mesmo conceito em Hobbes): já não basta e não faz sentido definir "estadista" como aquele que, simplesmente, conduz a sociedade a seus objetivos últimos (dados pela teleologia cristã), ou aquele que conserva sua posição de comando enquanto conduz a pátria em direção à glória, ou aquele que mantém a paz social e a segurança física dos cidadãos.

5. Não cabe aqui uma análise profunda de todos os fatores que mereceriam ser considerados na elaboração de um modelo teórico atual de sociedade brasileira. Lembramos aqui apenas alguns dos fatores internos, tais como a própria organização do Estado e dos Poderes; a economia interna e suas inúmeras variáveis; a questão do emprego e da crescente informalidade; a contabilidade nacional e seu intrincado funcionamento; o custo estatal e o enorme déficit interno; o corporativismo de alguns órgãos; a ascensão de verdadeiros poderes paragovernamentais, tais como a imprensa e os diversos tipos de *lobbies*; a atuação freqüentemente hipertrofiada do Judiciário e do Legislativo. Como fatores externos, o descomunal passivo perante o sistema financeiro internacional; contratos e concessões; a questão das patentes; os acordos que ultrapassam os mandatos; o necessário respeito aos órgãos internacionais; o comércio multinacional; os mercados mundiais; a influência das transnacionais.

Esse é o Estado herdado por um governante contemporâneo; tudo se tornou mais complexo – o próprio indivíduo (ou, em outras palavras, o conceito de *indivíduo*) é mais complexo ou, melhor, o ser humano de hoje tem cada vez mais espaço e oportunidade para exteriorizar sua complexidade essencial, realizando o trânsito das virtudes para os interesses, e dos interesses para os desejos [ver Ribeiro (2000)] –; frente a isso, torna-se uma tarefa descomunal mate-

rializar (isto é, concretizar e tornar visível consensualmente) a figura do estadista ¾ entendido como aquele que, enquanto chefe ou líder, produz resultados concretos e perceptíveis no contexto do Estado e da sociedade, ou seja, aquele que é capaz de *reconfigurar* o quadro interno da nação, gerando rupturas e inovações frente ao herdado, solucionando históricos problemas estruturais: estadista como agente que possibilita, de fato, o *empowerment* (digamos, aproximadamente, o *fortalecimento*) dos cidadãos, independentemente de seu discurso e de sua estatura intelectual.

O que se verifica no Brasil é uma figura enfraquecida de estadista: cada vez mais ele é incapaz de exercer soberania e realizar uma representação efetiva. Nossos estadistas parecem ter seus espaços e seus poderes efetivos limitados o bastante para que não se transformem em estadistas de fato (basta ler o artigo oitenta e cinco da Constituição do Brasil, o qual, no melhor estilo vago-específico, é um belo exemplo de camisa-de-força para um estadista; permite-o, no máximo, atuar como um "sýndikos", em ambas as acepções do termo: "aquele que assiste na justiça, defensor, advogado" e "indivíduo escolhido para defender os interesses de uma associação ou classe; administrador de um condomínio que cuida, em especial, das contas patrimoniais"). As atuações diárias de tais síndicos ¾ suas ações concretas (seriam *coin*cretas...!?), em âmbito interno, parecenos caracterizar com propriedade o papel burocrático-institucionais de nossos estadistas. Por outro lado, o espaço para eles, no plano internacional, tem-se restringido às tribunas de órgãos internacionais, quando então vibram com discursos efusivamente aplaudidos diplomaticamente por todos.

Essa situação pode ser decorrente do que se lê em Ribeiro (1997), em relação à ênfase da modernidade sobre os direitos humanos universais e os riscos de perda da consciência de que o essencial para a democracia é a idéia de um poder exercido pelo povo como necessidade máxima para a garantia dos direitos privados.

Confunde-se então a importância da participação política efetiva com a simples fé na representação (na verdade, não há uma delegação de poderes, mas sim uma abdicação de poderes). É o Estado visto com entidade autônoma e misteriosamente independente da sociedade agregada: ausenta-se a visão do Estado como um construto dos cidadãos e a política como um poder em exercício por esses mesmos agentes. Ocorre a confusão entre a natureza dos direitos privados e a natureza dos direitos políticos. Apaga-se a verdadeira natureza da democracia enquanto "poder constantemente criado pelo povo, poder em perpétua constituição, cujo mérito e preço reside, justamente, no fato de que nunca cessa de se constituir" (RIBEIRO, op. cit., p. 3).

De fato, a figura do estadista contemporâneo (restrinjamonos aqui ao nosso ambiente) revela-se em crise. Pensamos ser esta não uma crise técnica, mas sim moral, decorrente da adesão excessiva quer a certos princípios, quer a certos resultados assumidos como indiscutíveis e necessários, fortemente pautados pela política de interesses. Há uma convicção assentada de que, uma vez empossado, o governante locupleta-se; a última esperança parece assemelhar-se à penúltima e o Estado vai à deriva: passamos de um contexto de partidos de Estado para um contexto de Estado partido. Talvez possamos falar em crise das éticas, uma vez que a ética de valores parece freqüentemente pautada por valores questionáveis, e a ética da responsabilidade passa facilmente à ética da irresponsabilidade.

6. Caminhos para o estadista no pouco espaço que lhe resta modernamente? Em socorro nos vêm a Psicologia Administrativa e a Literatura; consideremos rapidamente a primeira. Para compreender as relações entre o estadista moderno e seus cidadãos, podemonos valer da clássica hierarquia de objetivos individuais proposta há muito por Maslow (1954); as prioridades pessoais seriam, em sucessão: a) gratificação das necessidades físicas (estar vivo); b) gratificação das necessidades de segurança (manter-se vivo e saudá-

vel), c) gratificação das necessidades de engajamento social (pertencer a um grupo); d) gratificação das necessidades de admiração e respeito (ser valorizado pelo grupo); e) gratificação das necessidades de plena realização de suas potencialidades pessoais (desenvolver-se maximamente). Esse o plano de jogo dos indivíduos; esse o compromisso exigido do estadista enquanto ser político: a questão, nessa hierarquia, está em quererem os indivíduos sempre mais e o estadista poder sempre oferecer menos. Isso porque o estadista há de se lembrar que uma escada não se percorre aos saltos (todos os degraus são importantes); também, recordar-se-á que quem chega a um degrau guarda lembranças do anterior, mas põe os olhos no próximo degrau (ou seja, criam-se constantemente novas expectativas); também, não poderá descurar-se de que só se considera realizado quem percorre a escada inteira (hoje, já não se dá graças apenas por se estar vivo ¾ ou será que sim?); deve o estadista também ter em mente que, como se diz popularmente, "na descida, todos os santos ajudam" ¾ por isso mesmo, ninguém é devoto de santos que só fazem descer ¾; também, não olvidará que o nível atual de evolução social exige que todos esses degraus sejam considerados "direitos humanos básicos" (enquanto, para o homem de Aquino e Maquiavel, percorrer os três primeiros degraus com a ajuda de seu governante ou seu príncipe já seria uma graça divina). O governante ou o estadista há de ter em conta que o cidadão contemporâneo assume os três primeiros degraus como pressupostos e contempla seu "empowerment", nos últimos dois degraus, como uma tarefa básica de um Estado decente; assim, são estes dois últimos níveis de realização pessoal o ponto de partida para qualquer política pública que não se limite ao papel de "sýndikos".

Para as relações entre o estadista, seus pares e seu entorno imediato, lembramos Hersey e Blanchard (1982); sendo o líder um agente capaz de influenciar as atividades de indivíduos e grupos, movendo-os para a consecução de um dado objetivo em uma dada

situação, a liderança situacional implica a inter-relação entre a quantidade de orientação e direção que o líder oferece; a quantidade de apoio sócio-emocional dado pelo líder, e o nível de maturidade dos subordinados no desempenho das tarefas e funções frente a objetivos específicos. Assim, não existe um modo único e ótimo para se influenciar pessoas. O estilo depende do nível de maturidade demonstrada diante de tarefas específicas: o líder *determina* frente à maturidade baixa; *persuade* frente à maturidade entre baixa e moderada, *compartilha* frente à maturidade entre moderada e alta, e *delega* frente à maturidade alta. Há uma comunicação bilateral entre os envolvidos: o líder avalia os níveis de maturidade e se adapta a eles, ajudando os liderados a amadurecerem até o ponto em que sejam capazes e desejosos de fazê-lo. O líder não só realiza os objetivos, mas também faz evoluir os liderados (pressuposto básico do processo). Como se vê, Maslow também aqui está presente e o *"empowerment"* dos liderados é condição *sine qua non* do modelo; pensamos que o estadista atual deveria ser perante seus pares e seu entorno, acima de tudo, um líder situacional.

7. Um líder situacional, capaz de propiciar o "empowerment" de seus liderados, conduzindo-os ao longo da escada de Maslow, segundo a extrema complexidade do mundo contemporâneo: para isso, entendemos que se torna necessário manifestar algum tipo de nova *virtù*, capaz de mover a nação à incessante reconstrução da democracia. Inspiremo-nos em Guimarães Rosa ¾ "A terceira margem do rio" ¾ para ilustrar, embora ficcionalmente, o que pensamos ser essa nova *virtù* em ato (convidamos o leitor a aqui munir-se da obra rosiana para consulta).

Metaforizemos; o homem "cumpridor, ordeiro, positivo" no testemunho de "diversas sensatas pessoas" parece-nos digno representante da ética de princípios: "não figurava mais estúrdio, nem mais triste do que os outros". "Nossa mãe era que regia, e que ralhava no diário com a gente": eis, imaginemos, a representante da ética

de resultados (mais adiante no conto, ela instala auxiliares para o bom gerenciamento da casa; em necessidade, lança mão de um clérigo e de um erudito). Esta, como sói, opôs-se à construção da canoa, um delírio idealista, não só pela extravagância em si, mas também porque ela, tendo em conta que "ele, que nessas artes não vadiava, se ia propor agora para pescarias e caçadas", abominava o *otium*.

Há o rio "por aí se estendendo grande, fundo, calado que sempre. Largo, de não se poder ver a forma de outra beira" – forcemos a imaginação: coloquemos na margem esquerda a ética de princípios (apenas como convenção...); coloquemos na margem direita desse rio a ética de resultados (já que ambas as personagens são de naturezas opostas). As margens não se vêem ou não se conseguem ver; há um caminho entre elas, é possível a travessia, o caminho não cessa de caminhar, mas há o silêncio eterno; a separação torna-se cada vez mais profunda.

O homem quieto "nada não dizia" sobre seu projeto (os princípios inventam-se no silêncio): apenas embarca na canoa e adentra rio, sem volta. A mulher de resultados impõe: ou ficar ou ir para não voltar. Não voltou, mas não foi a lugar outro: "executava a invenção de se permanecer naqueles espaços de rio, de meio a meio", uma posição de estarrecer a todos, um espetáculo inaudito. Diagnóstico: "doideira", "promessa", "lepra" (o estigma das posições inovadoras) – mais tarde, será posto como um Noé visionário. Era uma outra maneira de existir, ao mesmo tempo perto e longe; o homem "nunca se surgia a tomar terra [...] cursava no rio, solto solitariamente"; "não pojava em nenhuma das duas beiras, nem nas ilhas e croas do rio, não pisou mais em chão de capim".

Raciocínio da margem (dos "marginais", em verdade): mantimento acaba, doido desembarca para sumir ou para, como condiz aos homens corretos, arrepender-se e voltar para casa (reforço dos valores e resultados tradicionais). Atitude ambígua da margem: fornecer mantimentos ao doido, enquanto se empenha em

demovê-lo (comportamento típico das margens). O homem na terceira margem define sua margem, ao mesmo tempo em que não define sua imagem: não se deixa aprisionar por argumentos ou coerções.

O filho narrador identifica-se com o homem, sua coragem, sua resistência e sua persistência; não é preciso falar com o homem para se pensar nele; não se conhecem seus verdadeiros sentimentos, mas o certo é que ele se mantém à vista, mas fora de alcance. Mais tarde, o filho esboça ato de coragem em assumir a posição do pai: mas a coragem falha – "ele me pareceu vir: da parte de além" –; o medo, a fuga e o arrependimento: "sou homem, depois desse falimento?".

O que a nós interessa nesse conto de extrema riqueza metafórica: esse modo de estar na terceira margem é, *ao mesmo tempo*, esquerdo em relação à margem direita e direito em relação à margem esquerda. É o modo de não se ater a qualquer um dos *dois modos de ser*, ou a ambos ao mesmo tempo (modos esses mutuamente exclusivos e com tendência ao *estatismo*): assumir um *modo de estar dinâmico*, cuja indústria é assimilar em si mesmo, ininterruptamente, elementos que foram e são de ambos os modos anteriores, de forma a compreendê-los, sempre a partir de perspectivas renovadas, exatamente porque não se limita à criação e ao cultivo de tais modos.

Dada sua posição privilegiada, nosso canoeiro vê aquilo que todos os terrestres ripícolas (ambos os marginais) não podem ver, embora tenham o que há de ser visto sob os pés: falta-lhes distanciamento, físico, psicológico e emocional – renúncia ao tradicional. O jogo do canoeiro é modificar corajosamente sua perspectiva pessoal, colocando-se em posições inesperadas, no próprio coração da corredeira, de modo a enxergar as margens por ângulos novos a cada momento. Só pode *estar* quem, de alguma forma, deixa de apenas *ser*: o novo jogo exige *estar sendo* e *ser estando*. Esse inventor de perspectivas nos ensina que apenas quando se tira o pé das margens

seguras torna-se possível inventar nossa autêntica margem pessoal – a verdadeira margem, a margem que flui, a margem plena de vida.

Não pretendemos pôr em palavras, mas vemos imagens de uma nova *virtù* em ação no conto, cuja motivação é o que poderíamos denominar de "ética da terceira margem": o canoeiro-estadista é este que possui a coragem e a criatividade para afastar-se criticamente de margens fixas (ética de valores e ética de resultados) e tornar-se, ele mesmo, um *ser que está* em sua terceira margem por ele construída, a partir da qual pode agir, movendo, comovendo e fazendo evoluir aqueles que permanecem nas margens tradicionais, enquanto serve de inspiração para aqueles que, com valentia, transcendem o falimento e assumem de fato um lugar na canoa.

Referências Bibliográficas

AQUINO, Tomás de. "Do reino ou do governo dos príncipes ao Rei de Chipre". In. Escritos políticos de Santo Tomás de Aquino. Petrópolis: Vozes, 1997.

BERLIN, Isaiah. "A originalidade de Machiavelli". In. O príncipe. São Paulo: Ediouro, 2001.

CONSTANT, Benjamin. "Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos". Tradução Loura Silveira. Traduzido da edição dos textos escolhidos de Benjamin Constant, organizado por Marcel Gauchet, intitulada De la liberté chez les Modernes. Paris: Collection Pluriel, 1980.

HERSEY, Paul; BLANCHARD, Kenneth H. Psicologia para administradores: a teoria e as técnicas da liderança situacional. São Paulo: EPU, 1986.

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MASLOW, Abraham H. Motivation and personality. New York: Harper & Row, 1954.
MERLEAU-PONTY, Maurice. "Nota sobre Maquiavel". In. Signos. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
RIBEIRO, Renato Janine. Os direitos do homem podem ameaçar a democracia? Traduzido do francês pelo autor. Uma primeira versão deste texto foi apresentada no Colóquio da Unesco sobre "Ethics of Future", na Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, de 2 a 4 de julho de 1997.
_____ . "Democracia *versus* república: a questão do desejo nas lutas sociais". In. Pensar a república. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
_____ . "As duas éticas ou a ação possível". In. A sociedade contra o social. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
_____ . Por uma Nova Política. Uma campanha na SBPC. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2003.
ROSA, Guimarães. "A terceira margem do rio". In. Ficção completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.
SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
_____ . Maquiavel. São Paulo: Brasiliense, 1988.